

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 102.426 - BA (2018/0223521-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : MARCOS JOSÉ DE SÁ (PRESO)
ADVOGADO : WANK REMY DE SENA MEDRADO - BA023766
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MARCOS JOSÉ DE SÁ contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado pela suposta prática de crime de homicídio qualificado.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

Processual Penal. Habeas Corpus liberatório. Prisão preventiva. ART. 121, § 2º, II, DO CP. PRESCRIÇÃO NÃO EVIDENCIADA, IN CASU. ÉDITO PRISIONAL FUNDAMENTADO NA Necessidade da manutenção da custódia para salvaguardar-se a APLICAÇÃO DA LEI PENAL. Ordem DENEGADA.

I – De já, o recorrente suscita a prescrição da pretensão punitiva. Soa ostensiva a desrazão do pleito do impetrante.

Levando-se, em linha de conta, a pena de 12 (doze) a 30 (trinta) anos de reclusão, cominada ao crime de homicídio qualificado, conclui-se, sem equivocidade alguma, com fincas, no art. 109, I, do CP, que o prazo prescricional será de 20 (vinte) anos.

No dia 08 de janeiro de 1999, a autoridade impetrada suspendeu o processo e o prazo prescricional, mercê da revelia, havendo permanecido suspenso o interregno, até o dia 2 de julho de 2017.

Inocorrência da prescrição, uma vez que o recebimento da denúncia ocorreu, em 09 de junho de 1993, e, a partir de 08 de janeiro de 1999, o prazo prescricional foi suspenso até 2 de julho de 2017. Depreende-se, portanto, não haver transcorrido o prazo prescricional de vinte anos, entre os marcos interruptivos pré-aludidos (recebimento da denúncia e a suspensão do prazo prescricional), não havendo, conseqüentemente, de excogitar-se de extinção da pretensão punitiva estatal in hipotesis.

II - Noutro giro de enfoque, in specie, depreende-se, a todas as luzes, do quadro fático delineado, que o édito prisional encontra-se estadeado na necessidade de salvaguardar-se a aplicação da lei penal.

*No documento 1025692, vislumbra-se haver sido a prisão preventiva decretada, com esope, na concretude dos fatos, havendo a autoridade coatora aludido aos indícios da autoria e à prova da materialidade do delito, explicitando a necessidade de preservar-se a aplicação da lei penal, sob o fundamento *ipsis verbis*:*

“O Réu evadiu-se logo após o crime e não foi encontrado para ser ouvido pela autoridade policial.

Citado por edital não compareceu em juízo sendo, destarte, declarada sua revelia.

Em consonância com a modificação introduzida no Código de Processo penal pela Lei 9.271/96 deverá permanecer esta ação suspensa até que se ultime a citação do Réu. Este, porém, cometeu crime grave, atualmente classificado como hediondo pela legislação em vigor, fugindo para escapar à aplicação da lei penal, no que tem logrado êxito até então. (...) Por tais motivos é que decreto a Prisão preventiva do Réu como medida última(...)” (sic).

III -Desfibrando-se, geneticamente, os autos, infere-se que o édito prisional cautelar arrostado, em senso contrário ao quanto asseverado pelo impetrante, indica, na concretude dos fatos, a necessidade de sua prolação, bem como evidencia a idoneidade da sua fundamentação.

Por sem dúvida, o decreto prisional construtivo da liberdade ambulatorial do paciente indigita os motivos ensejadores da sua prisão cautelar, reportando-se, inclusive, ao fato de o paciente não haver sido encontrado para ser ouvido pela autoridade policial, evidenciando o intento de eximir-se do cumprimento da aplicação da lei penal.

*Na espécie, sob exame, o insigne aquo, ao decretar a prisão cautelar do paciente, fê-lo escudado, na concreção dos fatos, demonstrando, fundamentadamente, o *periculum libertatis* do paciente pela reiteração da prática do delito, trespaga-se.*

IV – A Procuradoria de Justiça pronunciou-se pela denegação do writ.

V - Ordem denegada (fls. 55/56).

No presente recurso, sustenta a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, tendo em vista a menoridade relativa do recorrente à época dos fatos.

Requer, assim o reconhecimento da extinção da punibilidade.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso, conforme parecer de fls. 115/116.

É o relatório. Decido.

Da atenta leitura da inicial, verifica-se que o acolhimento do pedido de reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva depende, necessariamente, do

reconhecimento da menoridade relativa do recorrente à época dos fatos.

Contudo, as instâncias ordinárias, afirmaram que restou demonstrado que a data de nascimento do paciente é 4/5/1972, sendo ele maior de 21 anos no dia do crime, qual seja, 22/05/1993.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o impetrante não logrou apresentar prova pré-constituída da idade do paciente, restringindo-se a afirmar que o prazo prescricional deveria ser contado pela metade.

Assim, o reconhecimento da prescrição demandaria aprofundada incursão probatória de modo a afastar as conclusões das instâncias ordinárias sobre a idade do autor do crime, procedimento vedado dentro dos estreitos limites da via eleita.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO EXECUTÓRIA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS FÁTICOS PARA SUA VERIFICAÇÃO. SÚM. 7/STJ. RECURSO IMPROVIDO.

1. Tendo o Tribunal local reconhecido a inexistência de informações acerca da idade do recorrente ao tempo dos fatos criminosos impedindo o exame da prescrição executória da pena, desconstituir tais premissas implicaria no revolvimento fático probatório, obstado pela Súm. 7/STJ.

2. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 822.351/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 02/04/2018).

Ausente, portanto, qualquer constrangimento que justifique o provimento do recurso.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *b*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator